

## **Afro-carnaval: das margens e da resistência**

**Por Edil Silva Costa**

É tão importante no imaginário popular a relação com a África, que o assunto se tornou tema de Carnaval em Salvador, em 2002. Chamado de “CarnÁfrica”, foram usadas na decoração figuras de índios africanos, vestidos com peles e ossos nos cabelos. Essas imagens indicam o quanto a Mãe África está mitificada no nosso imaginário, como um país tribal e não um continente de nações modernas. Dá também a dimensão do quanto se está distante do continente africano, apesar de Salvador ser a cidade que concentra o maior número de afrodescendentes do país. Porém, esse tipo de ficção reforça o que se entende como nossas raízes no texto cultural.

O mesmo acontece com a festa popular. Na busca frenética de instituir um povo e uma nação, determinados símbolos são escolhidos para representar uma identidade (a unidade) e uniformizar valores e comportamentos. A imagem de povo alegre e festeiro é um deles.

Trabalho deveria opor-se a festa, assim como a ordem ao caos. No tempo da festa, as normas sociais ficam em suspenso. Festa está associada a riso, trabalho a siso. Mas essa equação deixou de ser verdadeira. Na lógica capitalista, o ócio virou negócio. Isso toma dimensões complexas quando os poderes públicos passam a controlar o território festivo. Nas representações visuais do Brasil Colônia, as festas protagonizadas por nativos ou escravos negros têm espaço garantido. Hoje, no cenário da festa popular oficializada, há a proliferação dos estereótipos.

A festa, em especial a festa pública, é um espaço que desperta interesse de observação por fugir ao controle do oficial, a princípio. Mas, até mesmo o Carnaval, festa popular por excelência, termina por ser cooptado pelo poder.

Sobre isso, não posso deixar de citar Mikhail Bakhtin (1999). O carnaval, segundo Bakhtin, “ignora toda distinção entre atores e espectadores” (1999, 6). Quando se trata do carnaval de Salvador (como no desfiles de Escolas de Samba do Rio de Janeiro e São Paulo), o que chama a atenção é justamente o contrário: a enorme quantidade de camarotes e arquibancadas instaladas para acomodar nativos e turistas dispostos a assistir ao grande espetáculo é flagrante desta mudança de concepção.

Observa-se também o quanto os poderes públicos interferem na festa, regularizando, controlando, manipulando a massa e, associados à mídia, criam imagens que interessam para gerar riquezas. A desculpa para o controle estatal é geralmente a dimensão maior que atinge a festa. É preciso organizar para evitar um colapso. Mas, o que acontece com a festa popular, quando passa a ser regularizada pelo Estado? O mesmo que acontece com os discursos estereotipados, que servem a interesses colocados acima da festa em si.

Dentro da lógica capitalista, quando se paga, pode-se exigir tudo: saúde, segurança, conforto, horário marcado para a saída de blocos, arquibancadas para assistir (não mais participar) ao desfile. A idéia de bagunça deve ser refutada. Na Bahia, a indústria do lazer vem dominando o Carnaval. A participação estatal, cada vez mais forte, vem abafando os nichos festivos “desorganizados”, como a “Mudança do Garcia” (conta-se que a chamada “Mudança do Garcia” começou quando uma prostituta, moradora do Garcia, bairro próximo ao Campo Grande, Centro de Salvador, mudou-se. Sua saída do bairro foi comemorada e teve grande acompanhamento. No ano seguinte, os moradores teriam repetido o cortejo em memória do fato, o que acabou tomando contornos maiores. Assim, o evento passou a ser espaço para protestos, sátira e crítica social e até mesmo manifestações políticas no Carnaval de Salvador, com a participação de intelectuais e políticos).

Será que ainda se pode falar em festa popular, no sentido mais estrito do termo? A imagem do negro e do mestiço convivendo em paz e igualdade num país cordial continua sendo um importante fator de agregação de valores ao turismo no Estado. A quem interessa vender a imagem?

No circuito oficial, só existe espaço para os blocos de trio, os quais agregam os foliões selecionados, oferecendo-lhes “conforto e segurança”. A população pobre e a classe média (“gente bonita”, principal ator do carnaval de blocos) servem de sustentação a essa imagem construída. A igualdade, característica da festa e niveladora das camadas sociais, é brutalmente descartada. Cada um sabe o seu lugar e o seu papel. Quando a festa passa a ser controlada pelo Estado e servir aos seus interesses, perde a marca da igualdade. O lazer é um bom negócio. A festa gera emprego e renda aos pobres, que ficam com as migalhas, mas também à classe média, que explora sua mão de obra.

Na Bahia, convencionou-se dizer que o ano só começa após o Carnaval. Lembra até as festas medievais que duravam três meses. O verão é uma festa: outra imagem que vem a reboque e que, na verdade, amplia o conceito de festa. O carnaval é um ciclo de festas populares, iniciado com uma série de festejos sacro-profano, as tradicionais lavagens de igrejas (sacro), acompanhadas por festas de largo (profano), que servem de preparação e também válvulas de escape para a culminância do carnaval, além de prolongá-lo por cerca de três meses.

Vivemos a tirania da alegria. O imperativo da frase “Sorria, você está na Bahia” revela claramente essa dimensão da festa. Na propaganda oficial, a Bahia é um estado de espírito e Salvador, a capital da alegria. O mais perverso dessa história é a forma como a alegria obrigatória é vendida. O povo sofrido e socialmente massacrado usa a máscara da alegria, reforçando, inclusive, o poder dos governantes. A mídia bombardeia de informações e tentações, determinando a obrigatoriedade de ser feliz. Na terra da alegria e da felicidade,

é proibido ficar triste. A tristeza é um incômodo. Embora a luminosidade e o clima solar sejam um fato, a natureza condicionando o estado de espírito também seria? Ou repousa sobre as bases românticas arraigadas na nossa cultura, que exercem um forte poder sobre o imaginário da festa e da alegria?

Na festa oficial, tudo é padronizado. Até mesmo as danças deixam de ser criativas: sai a espontaneidade do corpo e entram as coreografias uniformizadas, limitando a liberdade de criar. As ações são orquestradas para reforçar a imagem da alegria, da cordialidade, da sensualidade e dos padrões pré-determinados de comportamento.

A maior festa popular do planeta, conhecida pela não-separação de classes, termina por ser justamente o contrário. A presença cada vez maior de camarotes acentua a distância entre o povo e a elite. A transladação da festa do centro para a orla, em bairros como Barra e Ondina, onde se concentram os melhores hotéis e há presença em massa de turistas, incentiva a montagem de camarotes. O desfile de artistas e celebridades nesse palco iluminado, e o conseqüente esvaziamento do centro e espaços tradicionais da folia de rua nas décadas de 70 e 80, como a Avenida Sete e a Praça Castro Alves, tem sido a principal transformação do Carnaval baiano nos últimos anos.

Por outro lado, é claro que sempre são encontradas brechas, fissuras do sistema que terminam por permitir a construção dos espaços marginais não totalmente reprimíveis. Assim, esse deslocamento para a orla pode possibilitar a reocupação (e creio que isso já começou) desses espaços tradicionais pelos “foliões-pipoca”, indesejados nos novos circuitos e expulsos do Campo Grande pelos camarotes e arquibancadas. Esse movimento revela a população das bordas, fazendo cair por terra a propagada democratização dos espaços durante a folia, e pode resultar na retomada do Carnaval popular, nas margens do sistema oficial. Isso confirma que sempre haverá um lado de fora, um grupo excluído a submergir. Assim, talvez, pode-se vir a recuperar os carnavais

populares, com a participação massiva, ainda que a segregação continue. Claro que sempre houve segregação, e o Estado não precisava interferir nisso. O fato é que vender a democracia racial se tornou um bom e forte negócio para a indústria do entretenimento e do turismo na Bahia.

O discurso da mestiçagem é o politicamente correto e o que deve ser evidenciado pela elite. Um bom exemplo disso foi o Carnaval de Salvador em 2004: o lema da rede de televisão do grupo oligárquico local foi “Pode misturar!” Olhando mais de perto, percebe-se que a mestiçagem no Carnaval é a possibilidade de mistura que acentua as diferenças.

A separação de classes e o mito da democracia racial/social exercem um encantamento. A paixão pelo diferente, que faz parte de nós desde a representação icônica e verbal da Primeira Missa, hoje é evidenciada pelo Carnaval, a maior festa popular do país. Na descrição de Caminha, os nativos imitaram os passos do ritual, porque estariam inclinados a aceitar a Fé Católica. Esse discurso vem sendo repetido ao longo dos tempos e de nossa história e alimenta a uniformização cultural e a separação de classes.

É confortável para ambas as partes pensar que essa aproximação é real e que a mistura é possível. A classe superior se vê generosa por permitir a aproximação; a classe desfavorecida deleita-se com o contato com seres “especiais”, com o mundo glamuroso, vivendo a vida do outro, só por respirar o mesmo ar. Todos querem ver os artistas de perto, de graça. Artistas e celebridades desfilam (com cachês bem pagos) pelos palcos da folia.

A indústria do lazer no Carnaval baiano está cada vez mais centralizada. O monopólio dos grandes blocos, grupos que exploram os camarotes, deixam o resto do resto para os pequenos comerciantes, o ambulante e o catador de

latinhas, que ainda se mostram satisfeitos com os poderes públicos por aumentar a sua parca receita com as migalhas dos ricos.

Na esteira do Carnaval, a música baiana é outro forte instrumento mercadológico. A escolha da melhor música, do melhor bloco etc. converte-se em concursos que, certamente, resultam em retorno financeiro para os grupos oligárquicos.

O negro deixou de ser escravo para ser atração exótica e vulgar nos palcos para brancos. As principais atrações internacionais são os blocos afros e os afoxés: Ilê, Olodum, Filhos de Gandhy. Como bobos da corte, são vendedores de diversão para o bel prazer dos brancos: a música, a dança, o futebol, escolas de samba cariocas, tudo o que envolve prazer e sensualidade. Torna-se outra forma de venda, de prostituição que envolve mulheres e homens negros e mestiços.

A uniformização das danças coreografadas, que eliminam a liberdade de criar, indica que até o corpo deve ser domado. A eleição do Rei Momo, da rainha, das princesas do Carnaval, trio que une o grotesco e o belo, também passa pelo crivo da ordem vigente. O Momo tornou-se problema de saúde pública. Não se pode mais eleger um obeso ao extremo para receber as chaves da cidade, para não se correr o risco do Rei morrer em plena avenida.

Figuras como Jorge Amado e Dorival Caymmi, personagens e personalidades, estão compondo o cenário da festa. O tema do Carnaval 2004 foi "Viva o povo brasileiro!", e João Ubaldo Ribeiro, o grande homenageado. Em anos anteriores, da mesma forma, estiveram na berlinda Jorge Amado, os Doces Bárbaros Caetano Veloso, Maria Bethânia, Gal Costa e Gilberto Gil (2001), a África (2002) e Baianas de Acarajé (2003).

Os exemplos demonstram a veiculação de estereótipos, que é o que a folclorização faz com a cultura popular. Ocorre uma apropriação da cultura popular pela cultura de massa, nesse caso, reduzindo-as à função de folclore para turismo. Disso tudo, conclui-se que o poder não se exerce só pela força material. Só se exerce o poder se se recorre a meios simbólicos e ao imaginário (BALANDIER: 1997a, 92). É este que o sustenta e o completa. Se antes a cultura tradicional bastava, hoje é a mídia, através de uma poderosa proliferação de novas imagens, que exerce esse poder.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no renascimento; o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- BALANDIER, Georges. *O contorno; poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BALANDIER, Georges. *A desordem; elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BERGSON. *O riso; ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2003.
- DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- RISÉRIO, Antonio. *Caymmi: uma utopia de lugar*. São Paulo: Perspectiva; Salvador: COPENÉ, 1993.